

Senado cria ponto para seus servidores mas abre exceções

BRASILIA - O Senado aprovou ontem resolução da Comissão Diretora que determina o registro da frequência dos servidores através de ponto, mas abre exceções para vários funcionários, a começar pelos lotados nos gabinetes, justamente os afilhados políticos. Foi rejeitado substitutivo do Senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), que estabelecia critérios mais rígidos. Ele acredita que a medida fará com que os servidores busquem os locais sem ponto.

A exigência do ponto — em vigor também na Câmara — é um assunto que se arrastou durante vários meses no Senado, pois, temerosos da aprovação do substitutivo, que lhes tiraria o poder de fixar livremente o horário do seu pessoal, muitos senadores contribuíram para negar quorum à votação. O projeto aprovado ontem foi elaborado pela Comissão Diretora, que acaba de encerrar seu mandato e era presidida pelo Sena-

dor Humberto Lucena (PMDB-PB).

Pelo projeto os servidores ficam sujeitos à jornada de trabalho de 40 horas semanais, exceto aqueles que têm jornada especial, fixada por lei. Os horários, restritos aos dias úteis, compreenderão oito horas diárias — com duas de almoço —, das 8h30m às 12h e das 14h às 18h30m. O equipamento para registro do ponto e sua localização serão definidos pela Primeira Secretaria do Senado.

Há, porém, diversos funcionários que não precisarão assinar o ponto: os servidores dos gabinetes dos integrantes da Comissão Diretora; das Lideranças; dos Senadores; do Diretor-Geral; do Secretário Geral da Mesa; do Consultor Geral; dos Diretores da Assessoria; da Secretaria; da Subsecretaria; e da Representação do Senado no Rio de Janeiro.

Para os servidores encarregados da limpeza e manutenção do Senado, o horário será estabelecido pela Se-

cretaria de Serviços Especiais. Os motoristas terão seu horário fixado pela Subsecretaria de Serviços Gerais, exceto os que estejam lotados nos gabinetes.

● LISTA — O Presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, Eduardo Suplicy, vai divulgar, hoje, pelo Diário Oficial, a relação dos servidores da Casa, conforme lotação, função e remuneração em fevereiro. A ordem provocou protestos de muitos vereadores, que apontam na atitude de Suplicy uma invasão indevida da privacidade dos funcionários da Casa. Segundo a relação, a Câmara tem 1.802 funcionários, dos quais 253 são inativos. Há 494 servidores efetivos, 516 em regime de CLT, 392 em comissão, 91 comissionados e 56 menores. O salário mais baixo (pago a funcionário menor) é de NCZ\$ 89,00 e o mais alto é de NCZ\$ 3.136,00. Os vereadores têm vencimento bruto de NCZ\$ 3.873,00 e o do Presidente da Câmara, com verba de representação, chega a NCZ\$ 4.842,00.